



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



ATA DA 240ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 11/10/2018

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

PAULO ROBERTO BELINELO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
SEITI TAKAHAMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
LÍDIA TAVARES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FERNANDO LEONEL HENRIQUE DE PAULA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PAULO ROBERTO GIACOMINI (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VERA HELENA LESSA VILELA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

MARÍLIA CRISTINA PRADO LOUVISON (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
ALINE ARAÚJO DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA APARECIDA DE LAIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
ADALBERTO KIOCHI AGUEMI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MIRIAM CARVALHO DE MORAES LAVADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
PATRICK RODRIGUES ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADÃO DO CARMO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ROBERTO COSTA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
FÁBIO JÚLIO MOTA DE OLIVEIRA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SACAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
RAQUEL CRISTINA DELFINE RIZZI GRECCHI (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
VIVIANI DOS SANTOS FONTANA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – (TITULAR) REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARCOS BLUMENFELD DEORATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

MARIA MACEDO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
MARIO SÉRGIO BORTOTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
URANEIDE SACRAMENTO CRUZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA CONCEIÇÃO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CELESTE DA SILVA GASTÃO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
JOSE JAILSON DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALINE LOPES DE ASSUNÇÃO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
LUCIANA AMARAL TIRADENTES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MÁRCIA CRISTINA RIBEIRO BOACNIN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOÃO BATISTA NAZARETH AGUIAR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

GRAVAÇÃO:

FRANCISCO FLÁVIO DE OLIVEIRA SOUSA – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Inicia a reunião cumprimentando a todos.

Há convidados, estudantes de Psicologia da USP. Dá boas vindas a todos. Passa ao secretário geral para leitura da pauta.

- A-** Julio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: **Secretário Geral do CMS/SP – faz leitura**
Aprovação da Ata da 239ª Reunião Plenária Ordinária;
- B-** Informes da Mesa;
- C-** Informes dos Conselheiros;
- D-** Informes das Comissões
- E-** Ordem do Dia:
 - 1- **Apresentação dos pareceres dos conselheiros Patrick, Fábio Henrique, Cirlene, Lídia, Freitas e Paulo Giacomini ao documento apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças do CMSSP ref. descumprimento da Lei de Acesso à Informação pela SMS;**
 - 2- **20ª Conferência Municipal de Saúde – Etapa da 16ª Conferência Nacional de Saúde: Compor as Comissões;**
 - 3- **Reestruturação da RAS;**
 - 4- **CER III Santa Cecília.**
- F-** Deliberações
 - 1- **Indicar 04 representantes dos usuários sendo 02 titulares e 02 suplentes para compor o Conselho Gestor do HSPM – Hospital do Servidor Público Municipal;**
 - 2- **Moção de Repúdio da CISTT referente falta de disponibilidade de recursos para a compra de passagens aéreas para participação de um representante da Comissão, no Encontro Nacional das CISTTs, realizado no período de 21 a 23 de agosto de 2018, em Brasília.**

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Pede duas inclusões de Pauta.

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita inclusão de pauta.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita inversão de pauta.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Apresentação e aprovação do novo logo do CMS e sobre a construção do Plano de Comunicação do CMS.

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sua proposta de inclusão é para falar sobre a Gestão Participativa com relação ao CMS.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Sua proposta é que o 4º item da pauta seja colocado em 1º lugar – CER Sta. Cecília.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Considera que deve ser o 2º porque o 1º tem que ser os relatórios de vistas.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público- SMS: Justifica a ausência do senhor secretário e presidente do CMS, que não poderá estar presente hoje, por compromissos inadiáveis.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Consulta o pleno a aprovação da pauta com alterações – **Aprovada – 15 a favor e 2 abstenções.**

Consulta o pleno sobre aprovação da Ata da 239ª Reunião Plenária Ordinária do CMS– **Aprovada – 15 votos a favor e 2 abstenções.**

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa aos informes da mesa.

Julio Cesar Caruzzo, secretário geral do CMS/SP: Informa que a partir de 2ª feira estará de férias. Denize e toda a equipe estarão a postos para atender os conselheiros. Informa que foram impressos três modelos coloridos da proposta do novo logo do CMS/SP, aprovada pela Comissão de Comunicação, que passarão pelos conselheiros para apreciação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa os informes aos Conselheiros.

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A comissão de Políticas de Saúde com a Inter-IntraConselhos havia combinado um congresso de comissões. Na próxima comissão de Políticas de Saúde decidirão a data. Pede a presença de todos os membros.

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que alguns hospitais das autarquias estão fazendo processo eleitoral do Conselho Gestor – A dificuldade é que eles não estão publicando a comissão eleitoral. Ligaram para as autarquias e não obtiveram resposta. O Hospital Tide Setubal é o que está dando mais trabalho. Convidaram representantes para comparecer aqui. O Hospital São Luiz Gonzaga também está com problemas – mas foi publicado. Foram orientados. Estão lá há um ano sem controle social. É regimental. Para receber verba do SUS precisa ter controle social.

Marcionília Nunes de Souza, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Passa a palavra para a convidada Flávia – dirigente do Sindsep – está aqui pela pauta do CER agradece o apoio dos conselheiros.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Esclarece que a questão do CER é ponto de pauta.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Fala da manifestação e questão dos hospitais – Não sentiu que foram tomadas providências. Os hospitais estão sucateados. Pessoas estão morrendo. As pessoas que estão sendo chamadas para trabalhar não permanecem. Que a SMS tome atitude rapidamente. Não existe SUS sem democracia. Pede cuidado com o momento que estamos passando. O controle social não pode votar num candidato que não vai respeitar o SUS. Pede para que não votem no Bolsonaro.

Seiti Takahama, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que as obras de arte que estão hoje nas paredes são de autoria do maior muralista do mundo – Pavel Éguez. No próximo domingo haverá o Grito dos Excluídos Continental – exposição Rua Tabatinguera, 192 – 10h30. Informa que ocorrerá na Bolívia, entre 21 e 27/10, o 15º Congresso da ALAMES.

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Informa que haverá, na 1ª quinzena de Dezembro de 2018, o 1º Encontro Nacional de RENAST, com vagas para todos os coordenadores e 1 vaga para a CIST. Hotel e alimentação por conta do evento. Passagem por conta da prefeitura. Pede garantia da presença de CIST no evento. O CNS não marcou ainda a data nem o local.

Darcy da Silva Costa, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra que há a resolução nº 12/2016 – que fala do Consultório na Rua – Programa de Braços Abertos – DBA . Que se dê sequencia para ser revista a resolução– dar encaminhamento para garantir efetivação do serviço – criação de lei para garantir o serviço. O DBA ainda é decreto e como se tornar lei. Há o Redenção, que é um projeto.

Adalberto Kiochi Agumi, Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Destaca ações do Outubro Rosa – Câncer de Mama é bastante prevalente – Compartilha o divisor de águas da Saúde Pública e setor privado. Saúde Publica – recomenda mamografia de 50 a 69 anos a cada 2 anos. A prevenção não é realização de exames, mas hábitos saudáveis. Está fortalecendo 12 serviços de mastologia nas vários CRS de SP- estruturando para fazer diagnóstico nos Hospitais Dia. Que sejam encaminhados a nível terciário apenas os casos que necessitem de tratamento.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Titular representante das Associações de Profissionais Liberais: Cita que no Pleno 236º foi elaborada comissão para acompanhar mesa de negociação. Falaram que não seria feita descentralização enquanto o quadro de funcionários fosse insuficiente. Mas o governo continua a descentralização. Cita exemplo do Hospital Tide Setubal.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Lembra a todos que houve queixas também da conselheira Lourdes. Propõe que essa questão seja remetida à Comissão Executiva para recuperação do debate e que depois seja trazida ao Pleno novamente. **Consulta o Pleno: Aprovado.**

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Fala do conselheiro Anselmo Silva, que sofreu cirurgia no Hospital São Luiz Gonzaga – hospital causou boa

impressão. A cirurgia feita deveria ter sido realizada em janeiro – por conta do atraso teve que fazer 3 cirurgias. Está debilitado. Observou que as camas são novas e o hospital limpo. Fala da falta de familiares para acompanhar o conselheiro. Ele tem apenas um filho, que apresenta problemas. Solicita ajuda e solidariedade dos conselheiros. Outro informe – Conselho Gestor de Vila Mariana – está elaborando regimento interno. Surgiu a questão da verba para os conselhos. Muito obscura essa questão. Precisa discutir e permear essa discussão. Não conseguem enxergar essa verba. Informa que faz parte da comissão FMUSP e haverá evento grande – autonomia do paciente – 19/10 – Instituto de Radiologia – Todos receberam por e-mail maiores informações.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Informa que dia 11 houve inauguração da UBS Nascer do Sol em Cidade Tiradentes – Depois de 16 anos de luta obtiveram essa conquista. Precisa ser implantado Conselho Gestor lá. O CMS não estava representado na inauguração.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público- SMS: Informa que está doando 2 microfones com cabo para o CMS/SP.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa aos informes das Comissões.

Comunicação – Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: A comissão adota prática de fotografar todas reuniões das comissões e colocar no Facebook. Vão encaminhar termo de autorização de imagem. Outro informe é que há sugestão de colocar no site do CMS, dentro do site da SMS – o nome, foto e o segmento que eles representam. Propõe documentos de autorização aos conselheiros. Quando se está num local público, que não cobra ingresso, essas fotos são de domínio público.

Comissão de Políticas de Saúde – Francisco José C. de Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: A comissão em conjunto com a COFIN fez discussão do RAG – ouviram alguns membros da SMS – CFO, COVISA, foi bastante esclarecedor. Querem entender o que o governo fez com o RAG 2017 – Vão estimular a discussão e amadurecer para apresentar ao Conselho as considerações da comissão.

Comissão de Orçamento e Finanças - André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Informa que na próxima sexta-feira – dia 19 – estará presente aqui no CMS a Coordenação de Assistência Básica e representante do Núcleo Técnico de Controle de Gestão – Convida a todos para comparecerem. Será às 14 horas.

Comissão Inter-IntraConselhos – Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Não teve reunião ordinária – Uma das demandas é um documento norteador – Regulamento para Controle Social – para todas as unidades de Saúde. Será em breve apresentado ao Conselho a proposta da comissão. A conselheira Maria Macedo está se empenhando e estão propondo esse documento norteador, até porque nada pode ser engessado. Cita o Conselho Gestor da UBS Vila Prel, no qual a gestão dá direito a 3 mandatos para os conselheiros gestores, passando por cima da legislação – e eles têm parecer jurídico favorável de Coordenadoria. Pede à conselheira Miriam e à gestão que venham representantes da AHM. Temos que seguir o regimento. Cada um faz seu parecer. Há demanda muito grande. No Hospital Tide Setubal foram procurados por pacientes idosos aguardando cirurgias para próteses e órteses há muitos anos. E não foram lá para isso – Foram por causa dos Conselhos Gestores. Mas registram a reivindicação desses pacientes.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Tem contato na região Leste. Foi convidado pela OS Santa Marcelina para inauguração da UBS Nascer do Sol. O Renato convidou-o, mas foi orientado para enviar convite formal ao CMS/SP. Não compareceu e não iria representando o CMS sem a anuência do Conselho.

Comissão de Patologias e Doenças Raras – Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Informa que houve hoje reunião extraordinária – tema: Construção de Políticas Públicas de Doenças Raras e Linha de Cuidados. Pegaram Portaria 199. A pactuação virá de acordo com os trabalhos executados. Dr. Edimir esteve presente, conselheiros Leandro, Nadir e uma pessoa da associação de Distrofia Muscular. Todos contribuíram. Início de trabalho. Dia 16 haverá reunião ordinária. Convida conselheiros que possuem afinidade com o assunto.

Comissão de RH – Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que tiveram quórum na reunião. Encaminharam muitos processos parados. Pediram TLP da SMS – servidores da direta e parceiras. Estão esperando a informação para fazer estudo. Vão trazer ao Conselho. Todas as demandas que recebem na comissão têm relação com falta de RH.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: complementa – além de falta de profissionais, há problemas de má gestão – recebem muitas reclamações.

Comissão de Saúde da Mulher – Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Informa que não houve reunião neste mês. Há encaminhamentos de outras reuniões de visitar casas de parto. Número de cesáreas aumentando demais. Demanda grande de mulheres aguardando laqueadura. Realizar palestras na questão do DIU. No ano passado, DIUs vencidos foram jogados no lixo na Região Sul. Casas de parto – Mamografias – DIU – Violência contra a mulher Não esta havendo investimento. Penúltima 4ª feira do mês às, 14 horas – reunião da comissão.

Comissão de Educação Permanente – Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Na ultima reunião receberam visita ilustre do conselheiro Leandro que foi falar sobre contratação de assessorias jurídica e econômica aprovadas para nos assessorar. Fala da necessidade de Educação Permanente para conselheiros de toda a rede. Formação dos conselheiros municipais – no processo, há a Resolução Nº 11 para ser implantada no território foi aprovada e precisa ser implantada, assim como a resolução nº 15. Também falaram sobre oficinas sobre Leis de Acesso à Informação e Orçamento – Rua Boa Vista – EMASP

Vera Helena Lessa Vilela, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais:

Complementa – agentes de governo aberto e EMASP estão oferecendo oficinas. Inscrições via Escola e AGP – Estão priorizando regiões.

Segurança Alimentar e Nutricional

Dia 18 – Pleno – do C. Seg. Alimentar

Dia 16 – Dia Mundial de Alimentação – Fome Zero até 2030. Convida a todos.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Informa que a comissão foi convidada pelo conselheiro Leandro para compor o grupo de trabalho de estruturação do CMS.

Comissão de Saúde da População em Situação de Rua – Darcy da Silva Costa, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Informa que no próximo dia 15 haverá reunião extraordinária às 10h.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O 1º ponto da ordem do Dia – Relatórios de pedidos de vistas sobre documentos da Comissão de Orçamentos e Finanças.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Propõe que haja teto para cada apresentação.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Pergunta qual o tempo para cada parecer e o tempo de discussão e análise.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Responde que depende do conteúdo.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: **Enfatiza que** as vistas foram pedidas por uma série de membros. O Secretário apresentou CD com encaminhamentos que esclareciam questões referentes a assuntos pertinentes à Comissão de Orçamento de Finanças. Pergunta ao conselheiro André se a Comissão já foi contemplada ou ainda teriam algumas questões no momento de se colocar em votação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Os relatórios deverão ser apresentados. Temos que ouvir os relatórios.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Faz leitura: **São Paulo, 11 de outubro de 2018**

Assunto: Apresentação do parecer do documento apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças do CMSSP ref. Descumprimento da Lei de Acesso à Informação pela SMS.

Prezada(o)s Conselheira(o)s,

Primeiramente, cumpre apontar que as capacidades institucionais e arranjo organizacional efetivo da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP) estão aquém dos desafios que a atenção à saúde da população tem demandado. Essa afirmação, na verdade, tem se constituído quase como um truísmo sobre o sistema brasileiro de saúde, não sendo uma especificidade apenas da SMS-SP.

Considerados particularmente os desafios de gestão, os quais se relacionam mais diretamente ao documento encaminhado pela Comissão de Orçamento e Finanças ora em análise, é mister destacar que a descentralização/desconcentração intramunicipal da produção em saúde não apresenta hoje uma correspondência imediata com a estrutura orçamentária geral da administração pública e os fluxos de execução financeira dessas ações.

Ademais, são também evidentes certas fragilidades organizacionais já identificadas no conjunto do Sistema Único de Saúde (SUS), como a situação do quadro de servidores e dimensionamento de pessoal e as aplicações e soluções tecnológicas de suporte à gestão de informação.

Sobre considerações apresentadas no documento relativas a processos de fiscalização do Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) e a análises da Controladoria Geral do Município de São Paulo, deve-se destacar que os apontamentos realizados não são específicos e exclusivos da atual gestão da SMS-SP. Reconhecido o papel constitucional exercido pelo SUS, a magnitude de recursos envolvidos, a diversidade de modalidades e formas de contratação e contratualização de ações e serviços em saúde, não deve causar espanto que os órgãos de controle dediquem atenção especial no exercício de suas atribuições a estruturas administrativas maiores e mais complexas, como é o caso em questão.

A bem da verdade, essa é uma realidade compartilhada por todos os órgãos responsáveis pela execução de grandes políticas públicas estruturantes como, por exemplo, a educação.

A avaliação apresentada neste parecer é que os desafios de gestão elencados, consideradas as particularidades da atenção à saúde e reconhecidas suas determinações estruturais, não serão passíveis de resolução por via da judicialização da questão.

O devido encaminhamento e resolução de problemas enfrentados pela saúde pública não têm outro caminho senão aqueles já apontados pelos legisladores constituintes e normas jurídicas relacionadas, que apontam para a participação popular e envolvimento da sociedade civil organizada.

É importante se refletir e reconhecer que a Secretaria Municipal de Saúde e seu corpo técnico têm argumentos sólidos de sustentação e defesa ante as eventuais dificuldades que o CMS possa ter tido em conseguir informações. Contudo, essa não é melhor resposta e, tampouco, a rota mais efetiva de construção cotidiana de soluções aos problemas enfrentados pelo SUS e atores envolvidos.

Em atenção ao próprio Conselho Municipal de Saúde e conforme a diretriz aqui defendida, toma-se a liberdade de sinalizar algumas iniciativas do corpo gestor atual da SMS-SP que podem contribuir para o aprimoramento da gestão e promoção de maior transparência, a saber: o desenvolvimento de um projeto de transparência de caráter estruturante, que envolve aspectos de transparência não só passiva, mas também ativa, que já está em andamento e que conta com a participação de áreas como a Ouvidoria e a Auditoria desta pasta, a assessoria de gestão participativa e com o suporte da assessoria técnica do gabinete. No mesmo sentido, em reunião recente da Comissão de Orçamento e Finanças, sinalizou-se a possibilidade de iniciar um processo seleção de informações de execução orçamentário-financeira de programas e áreas temáticas que extrapolam a atual estrutura orçamentária vigente na contabilidade pública.

Assim, em consonância com os argumentos apresentados, **avalio que a aceitação da proposta da Comissão de Orçamento e Finanças e encaminhamento para a judicialização da questão acarretará prejuízos não apenas para a Secretaria Municipal de Saúde, mas também para o próprio Conselho Municipal de Saúde e o devido exercício de suas ações de controle social.**

Essa avaliação se dá suportada na confiança de que uma construção democrática do SUS demandará esforços que a relação entre segmentos pode conduzir sem que, para este caso específico em análise, seja necessária sua judicialização.

Patrick Rodrigues Andrade

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental
Assessoria do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público- SMS: Faz leitura do seu relatório:

São Paulo, 11 de Outubro de 2018.

Assunto: Apresentação do parecer ao documento apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças do CMSSP ref. Descumprimento da Lei de Acesso à informação pela SMS.

Prezados Senhores

Da Comissão Orçamento e Finanças

Analisando as Considerações abaixo elencando todas as considerações e conclusões das Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Município que diz “Não é possível verificar o cumprimento de metas do instrumento de planejamento” apresentado pela Comissão Orçamento e Finanças;

Analisando a Consideração a altíssima demanda de denúncias relacionadas a irregularidades cometidas pela Secretaria de Saúde que o Tribunal de contas do Município vem recebendo segundo a Comissão Orçamento e Finanças;

Analisando a Consideração que o Comissão Orçamento e Finanças, apresenta que o Conselho de Saúde vem encontrando as mesmas dificuldades apresentadas pelo tribunal de constas no que se refere a fiscalização das ações executadas pela SMS;

Analisando a Consideração apresentada pela Comissão Orçamento e Finanças, que segundo a Coordenadoria de Auditoria da Controladoria Geral do Município, que as Matrizes de Vulnerabilidade elaborada por CAIN, são instrumentos comparativos, resultando ao final em uma classificação entre as Unidades de mesmo tipo, e que a SMS, AHM e HSPM foram classificadas com 4 criticidade;

Analisando a Consideração apresentada pela Comissão Orçamento e Finanças, que a Coordenadoria de Auditoria Geral do Município notificou diversas vezes a SMS por irregularidade em contratos, pregões;

Analisando a Consideração apresentada pela Comissão Orçamento e Finanças, em sua avaliação quadrimestral ao relatório da execução orçamentária e finanças no âmbito da saúde e o relatório Gestor da execução da Lei Complementar para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Analisando a Consideração apresentada pela Comissão Orçamento e Finanças, em sua análise da execução orçamentária e a necessidade de informações adicionais que não constam no relatório Quadrimestral e Anual e no portal eletrônico da SMS, e inúmeras solicitações de dados relacionados a produção de Saúde;

Analisando a Consideração apresentada pela Comissão Orçamento e Finanças, da prática de utilizar requerimentos a Lei Geral de Acesso a Informação –LAI; entre outras considerações que se referem a mesma;

Em crescimento e entendimento a busca de sanar todas as dúvidas da Comissão Orçamento e Finanças no que se refere a transparência de informações e esclarecimentos, a Secretaria Municipal de Saúde com suas equipes ininterruptamente vem respondendo diversos documentos solicitados pela mesma, mobilizando um grande número de funcionários que buscam prestar informações.

Destacamos que como ferramenta temos o portal de transparência que tem o objetivo de facilitar o acesso do cidadão, em um único local, às informações a respeito de projetos e ações relevantes para o Controle Social, e o papel desta SMS, é publicizar todas as informações.

No que refere em resolução desta Comissão Orçamento e Finanças em requerer que seja apresentado ao pleno documento de denúncia contra a SMS ao MINISTÉRIO PÚBLICO, entendemos que todos os acessos à informação têm sido encaminhados a esta Comissão, todos os setores pertinentes as considerações tem buscados ser transparente a todo momento que solicitado, informamos que fora o portal de transparência temos recebido a todo momento documentos de solicitação a informação pelo SEI – Sistema Eletrônico de Informações, que vem sendo atendido.

CONSIDERANDO a Lei 12.527/2011 no seu Art. 3º que refere, os procedimentos previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

CONSIDERANDO os sistemas integrados as informações, a SMS tem como prioridade atualizar os relatórios e nos mostrar que muito foi feito no cumprimento dos propósitos constituintes do Sistema Único de Saúde, com reais avanços na consolidação de uma rede regionalizada e integrada, para garantir uma assistência à saúde integral e equitativa, contribuindo, dessa maneira, na promoção de uma maior qualidade de vida para todos.

CONSIDERANDO que o Sr. Secretário assumiu recentemente a SMS e com sua equipe técnica, estamos buscando alinhamentos para que sejam atendido em tempo as informações solicitada pelo Conselho Municipal da Saúde, e contribuir sempre em parceria com o mesmo.

São Paulo 11 de Outubro de 2018

FÁBIO HENRIQUE SALLES

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE GAB - AGP

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Fala ao conselheiro Fabio que foi a Comissão de Orçamento e Finanças e não a Comissão Executiva como foi citado por ele. Que fique registrado para não causar problemas futuros.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte:
Faz leitura (anexar) – enfatiza que a gestão anterior também deixou muito a desejar.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste:
Questão de esclarecimento = o pedido de vistas é para esclarecer os próprios conselheiros se dá prosseguimento ou não ao processo.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer saber sobre qual gestão anterior a conselheira Cirlene esta se referindo.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte:
Esclarece que se refere ao Secretário Wilsom Pollara.

Lídia Tavares da Silva, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:
faz leitura (anexar)

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: faz leitura (anexar)

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Relata que teve problemas particulares e fez relatório provisório – sentiu-se contemplado em quase totalidade com o relatório do Conselheiro Freitas. Na sua opinião, não se trata de denúncia que afeta a Saúde Pública mas o procedimento administrativo regulado pela LAI. Propõe que os prazos sejam pactuados entre COFIN e SMS para que não seja criado um armistício, para que não se crie contenda no começo desta gestão. Continua favorável ao parecer do conselheiro Freitas. Trata-se de questão administrativa. Propõe que seja feito acordo para que as informações das comissões e CMS sejam entregues em tempo hábil.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O conselheiro Paulo Giacomini pede ao Conselheiro André Ancelmo, coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, para que ele situe a evolução possível e se existe a necessidade de prosseguimento do processo, evidentemente se o pleno aprova.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: A COFIN vem se manifestando insatisfeita com o tratamento dado ao CMS quanto ao acesso às informações. Talvez essa gestão esteja tentando se organizar. Entendem que há falta de funcionários. Sabem da dificuldade. Informações adquiridas, produzidas mensalmente de gestão e monitoramento não existem. Preocupa a falta de gestão pela gestão. Tudo o que se buscar no portal da transparência não é atualizado. Não há monitoramento efetivo. Não há desconto de equipe mínima. Já que a OS não contratou profissional, o pagamento deverá ser glosado no mês seguinte. Esses comprovantes a COFIN vem solicitando e a SMS não responde. Não sabemos para onde estamos indo, como está sendo gasto o nosso dinheiro. A denuncia foi formulada pela insatisfação. Alguns documentos foram fornecidos. Porém, a não glosa da equipe mínima não foi fornecida. O Secretário prometeu no último Pleno que seriam disponibilizadas as respostas. Não entende qual dialogo a SMS quer ter com o controle social. Pediram planilha há 40 dias e não receberam.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Declara que quer o melhor para todos. Na gestão anterior, tínhamos o outro coordenador que era o Ronaldo, que prometeu dar informações solicitadas. O Ronaldo foi afastado e quem ficou no lugar dele ficou responsável pelas informações. O Secretário deu informações parciais, mas não ficou estabelecido prazo para respostas. Isso cria dificuldades. De promessas ninguém vive. Jardim Damasceno faz 35 anos que não sai do papel. 16 anos depois inauguraram UBS na Cidade Tiradentes. Não querem confusão,

querem coisa certa. Querem diálogo sincero, sem enrolação. Jogo aberto. O Donato, coordenador do CFO, já percebeu que queremos isso. Indo ao MP, ficamos livres de responsabilização da Lei 141.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Feitas as considerações da COFIN, há várias pessoas inscritas.

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que a interação do CMS não é engessar a gestão. Querem tratamento respeitoso. Tem nas mãos ofício referente à saúde bucal. São perguntas simples. Relata algumas questões. São 11. Faz tempo que enviou e não obteve resposta nenhuma. Fez também ofício solicitando informações e até hoje não recebeu resposta da AGP – Solicitou que os assessores de acesso não portassem cassetetes. Não recebeu resposta até hoje. É defensor do dialogo. Mas como dialogar com quem o despreza?

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Reflete que diálogo é valido quando é para ambas as partes. Chega uma ocasião em que não dá mais para dialogar. Sua cadeira é do SindSaúde. Se for substituída, o Conselho vai continuar. Sente que estão sendo muito bonzinhos. Basta. Não dá mais. Não tem funcionários? Sabem disso. Mas a população sofre na base. No Parque Paulistano, por exemplo, tem fila de 154 pessoas – numa única unidade. Controle Social tem que dar resposta na base.

Seiti Takahama, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Segundo Decreto nº 57.857 de João Doria - diz no artigo 7 fortalecer processo do controle social no SUS No 9º, articular-se com órgãos de fiscalização de exercício profissional e outras entidades representantes da Sociedade Civil.

Art. 24 – Atribuições de AGP – art. IV e V.

Art. 6º Apoiar Conselho de Gestão.

O controle social não é fácil. Facilitar documentos é necessário. Estamos nos baseando na Lei.

Temos que fazer controle melhor.

Cita problema da CIST – falta de recursos para viagem de uma conselheira é lamentável.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Este conselho foi eleito em fevereiro – assumiram em 11 de março. Tem como prerrogativas que precisa de dados. Cita exemplo: Tiveram apresentações da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestre e até agora não têm em mãos o detalhamento do dinheiro que vai para as OSS. Queremos saber até os centavos que vão para lá. Há taxa administrativa ilegal, salários exorbitantes, etc.

É direito e material de trabalho do controle social no dia a dia. Não é possível. É favorável ao diálogo, mas há limite para isso. Chegamos no limite.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Há problemas, mas não começaram ontem. Pergunta se querem tensionar ou resolver o problema. Marcar posição? Isso deveria estar sendo corrigido. A SMS tem essa dívida, tem que responder. Mas não vão responder de ontem para amanhã. A Secretaria de Gestão pede a ele as mesmas coisas. Não pode fazer mágica. Cita exemplo do 156 – Cita exemplo do Programa de Metas – há perguntas – somente uma única pessoa lida com isso. As demandas precisam ser organizadas.

O diálogo tem que ser mantido.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público- SMS: Declara que está na SMS há 40 dias, veio da Secretaria de Prefeituras Regionais. O que chamou sua atenção é a equipe que veio com o Secretário, empenhado em fazer as coisas acontecerem. Cita a Conselheira Miriam, que trabalha como se fosse 3 ou 4 pessoas. Respeito é o que mais está buscando nessa administração. Pergunta se alguém viu alguém com cacetete hoje. Fala do WEBSSAAS – querem que tenham contato com esse sistema. Há dados dos contratos – Querem que os conselheiros acompanhem a gestão. Estão abertos, trabalhando bastante. A demanda é muito grande. Estão abertos, cita o SEI – a demanda é grande. Sabem que há falta de profissionais, mas os que existem têm se empenhado bastante.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Para ela, parece que se fazem as coisas, essas não aparecem. Por que a gestão anterior não deixou o caminho trilhado a ser seguido? Quem entra tem que reiniciar a aplicabilidade da política pública. A população sabe o que é melhor pra ela. Há desrespeito de ambos os lados – o controle social não consegue dar respostas às pessoas. Há que ter transparência, prazos, compromisso, comprometimento do poder publico com a base.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Declara que ouviu todas as considerações e relatórios e quer esclarecer coisas importantes. Não está aqui para desrespeitar o controle social, mas conversar, dialogar para que tenham acesso às informações. Reconhece que há problemas nas áreas demandadas. A SMS reconhece. Sabem que serão cobrados. A equipe tem sido fortalecida. Estão trabalhando para que o CMS tenha autonomia para acessar o sistema WEBSSAAS. Os termos tiveram demora para assinar. Dia 19 de outubro, das 9 às 12h – haverá treinamento, para buscarem informações importantes para o controle social. A SMS está querendo fortalecer a questão do conselho e da COFIN para que tenham acesso. Quanto às solicitações do conselheiro Freitas, cobrou da área e está cobrando. Quer fortalecer o diálogo. Em nenhum momento tolheu, o problema foi pontual e a resolução não acontece da noite para o dia.

Lídia Tavares da Silva, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Os segmentos usuários e trabalhadores não querem guerra de braço com a gestão. Querem analisar os documentos e tudo o que lhes diz respeito. Precisam da documentação, de informações que não chegam e desgastam o diálogo. Propõe que na 6ª feira, quando haverá reunião extraordinária da COFIN – que até essa data seja entregue o que está faltando. Propostas para acesso de informações e liberação de senha do WEBSSAS. Se o prazo não for cumprido – na 2ª feira vão ao MP com a denúncia. Solicita que o Pleno decida por este encaminhamento.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS:

Considera a proposta razoável, mas não pode se comprometer porque havia problema de estruturação do núcleo. Precisa perguntar para o núcleo se isso será possível. Pede 5 minutos.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias:

Propõe que enquanto os gestores estiverem ausentes – que os conselheiros tomem conhecimento da proposta do novo logo do CMS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa ao 2º ponto da Ordem do Dia: CER III Santa Cecília.

Convidado Oscar – Pai do paciente CER III Santa Cecília – Sua filha adora o atendimento agora querem tirar o CER de lá. Não fala só por ela, mas por todos os usuários do serviço. Considera a maneira como agem sem transparência – apresentam um possível novo endereço – Rua Itararé – perto da Rua Frei Caneca – local considerado inviável por diversos fatores. Todos foram pegos de surpresa – sem informações para os usuários, muitos dos quais, idosos. O local proposto não é ideal. Pede coerência e transparência nas informações que se passam. Os usuários são os últimos a saber.

Convidada Silvana – Usuária da UBS – É professora da escola da região. Essa mudança envolve 3 aspectos. Administrativo, político e humanitário. O poder público não consultou para que uma casa em local de declive fosse alugada por 18 mil mensais. Foram 18 profissionais contratados e de braços cruzados no local. Não houve transparência. Pergunta quem fez a avaliação de casa. Foi o IABAS? Juliana do IABAS visitou a casa e concordou, mas quem deve supervisionar é o Poder Público.

A coordenadora ofertou outro espaço no Complexo Sé. Visitaram o local e consideraram-no também inadequado, em comissão. O Poder Público é responsável pela transferência deste CER. Por que deixar nas mãos do IABAS? Não adianta vir com a corda no pescoço. A coordenadoria diz que o CER pode ser

descredenciado. Conhecem seus direitos. Precisam de local adequado. O Poder Público é responsável. Vão para a luta até o fim.

Convidada Marina – Psicóloga do CER há 4 anos – Estão tentando conversar com a CRS Centro. Conclusão: Há 1 mês e meio foram surpreendidos com a chegada dos profissionais do IABAS. Muitos profissionais foram realocados para outros serviços. Desmantelam a equipe e a CRS tem maior poder. E como ficam os pacientes? E o projeto terapêutico estudado para cada paciente? Isso não foi levado em consideração. Os locais de locação do CER, as pessoas a cargo de escolher não têm condições e não conhecem o manual da saúde – a missão do CER.

Convidada Flávia, do HSPM: Representa os trabalhadores – isso é muito importante. Quando não se considera a acessibilidade importante e todas as suas variáveis, a vulnerabilidade dos pacientes aumenta. O local proposto é de possível acesso só com carro. Na 2ª casa – AMA Sé – 3º andar – Os elevadores estiveram parados quase 6 meses. Não tem vistoria dos bombeiros. Prédio com problemas sérios. O local não dá conta. Local perigoso, há duas avenidas próximas e locais perigosos, sendo que os pacientes são vulneráveis. A CRS encara a AMA Sé como proposta definitiva. Estão aqui para combater essa política pública que é inaceitável. Querem a UBS República – nem que provisoriamente até que se encontre local digno, com muito respeito à singularidade dos usuários. Pediram transição para os pacientes para não haver quebra brusca do vínculo. Os funcionários da direta já foram removidos e todos sabem que a rotatividade dos funcionários do IABAS é alta.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Todos os dados que estão solicitados respectivos ao Núcleo estão dentro do CD entregue ao CMS. As informações que existem na área estão no CD – a atualização e dúvidas podem ser solucionadas na capacitação de 6ª feira. As informações que os conselheiros têm em mãos são as mesmas que o TCM e a Controladoria Geral receberam. Onde se aproveite a 6ª feira para pontuar as requisições do CMS. O que pode ser incorporado, caso seja viável.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Todas as solicitações que a COFIN fez fazem parte da sua rotina de trabalho. Solicitaram balancete mensal e anual das OSS. Solicitaram desconto de equipe mínima, que depende da análise da equipe mínima. Faz parte do trabalho do Núcleo de Contratos de Gestão – todos estão no site da SMS. Há o manual de acompanhamento dos Contratos de Gestão. A COFIN solicitou à SMS documentos que a mesma usa. Os documentos são feitos pelos STS, que enviam para CRS. Formar conselheiro para acesso ao WEBSSAS é sensacional. Mas qual é o tempo para se adquirir habilidade para extrair informações em tempo real? Querem a disponibilidade de todas as solicitações porque nenhuma exige trabalho adicional. São 5,5 bilhões de reais por ano. Se não existem essas informações, não se sabe o que fazem com o dinheiro.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Há glosas de milhões. Sugere que mande ao MP que eles dão conta lá. Fizemos nossa parte. Vamos encaminhar para TCM, MP, MS – conquistamos isso aqui em 1986 – UBS na base, hospitais com união. Não quer mais discutir nem brigar.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: A palavra respeito está fora de uso. Foram ao núcleo, que disse que as informações estão contidas no CD. São Paulo é grande, é muito dinheiro, todos sabem. As áreas técnicas vêm aqui e são criticadas. Fazem insinuações após as informações trazidas pela gestão. Se a gente não resolver isso conjuntamente – fala que as informações já foram oferecidas. As que por obrigação tiverem que ser publicizadas, estão:

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Expõe que o papel deles é de mediação. O que há de fato é diferença de visões para a mesma questão. Considero as duas falas. O importante é se entender. Que se possa saber o que tem de fato. Limpar o meio de campo. Sente-se contemplada com a explicação do conselheiro Patrick. Respeita o que a comissão expôs, mas não se pode desconsiderar o Núcleo.

Francisco Jose C. De Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala ao Cons. Fábio – Se hoje os seguranças estão sem cacetetes, acataram o pedido do Controle Social. Com relação à saúde bucal, fala à Cons. Miriam que a questão é grave e falou com a Cons. Miriam há muito tempo. Fala ao conselheiro Patrick que o mesmo está equivocado no seu posicionamento. É solidário ao conselheiro Paulo Belinelo e concorda com ele. Se querem negociar, precisam continuar a dialogar, mas não foram contemplados.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Encaminhamento do assunto. Consultar o Pleno se a comissão encaminha o caso ao MP – que faz mediação, e isso não é judicialização.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Fala de dar prazo para SMS responder às solicitações de informações do secretário. Propõe até dia 19/10 – pergunta se encaminha para o MP ou aguarda a informação após esse prazo.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Explica a solicitação e a resposta que foi demandada. Sugere que se vote encaminhamento para MP de alguns relatórios. Sugere que se coloque a data do dia 19/10 como último prazo.

Submete a voto que encaminhará para MP no dia 19/10.

Denize Calvo Costa, Assistente Técnico do CMS/SP: Submete à votação nominal e o resultado è: 11 favoráveis e 4 contrários. Totalizando 15 votos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Declara que não há quórum, pois há 15 conselheiros presentes, tinha que haver 17 presentes. Diz que vai chamar reunião extraordinária e encerra a reunião por falta de quórum às 18h40.